



C. S. S. S.
S. S. S.
S. S. S.

Assembleia de Freguesia de Lourosa

Ata 2025/1

Reunião Ordinária de 22 de dezembro de 2025

Local de realização: Auditório da Junta de Freguesia



*C Seixas
Assessor
Cardoso*

Assembleia de Freguesia de Lourosa Ata 2025/1

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, nos termos da alínea b) do n.º 1, do art.º 54.º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, reuniu pelas vinte e uma horas e dez minutos, em sessão Ordinária, a Assembleia de Autarquia de Freguesia de Lourosa, no Auditório da Junta de Freguesia, presidida pelo Presidente da Assembleia, Carlos Eduardo Soares de Seixas, secretariada pela primeira secretária da Mesa da Assembleia, Sónia Marisa Pereira Cardoso, e pelo segundo secretário da Mesa da Assembleia, Ivan Marcos da Silva Carvalho, estando presentes os seguintes deputados: Fábio André Ferreira da Silva (PSD), Roberto Pinto de Oliveira (PSD), Ana Filipa da Costa Oliveira (PSD), Marcelo Almeida Sá (PSD), Sónia Cristina da Silva Rocha (PSD), Márcia Cristina Petiz Oliveira (PSD), António Ricardo Pereira da Costa (PS), Joaquim da Rocha Gomes (PS), Susana Salvador Sousa dos Santos (PS), José Carlos Carvalho Moreira (Chega), e tendo a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Leitura e aprovação da ata da sessão anterior;
2. Grandes Opções do Plano e Orçamento para o Ano Financeiro de 2026;
3. Taxas e Licenças para o ano 2026;
4. Quadro Pessoal a 31 de dezembro de 2025;
5. Relatório de Atividade Financeira e relatório de Atividades do executivo referentes a setembro, outubro e novembro de 2025 (apreciação);
6. Contratos interadministrativos de delegação de competências celebrados com a Câmara Municipal;
7. Comissão de Revisão do Regimento da Assembleia de Freguesia de Lourosa.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

O Presidente da Assembleia de Freguesia, Carlos Seixas, informou que, antes de iniciar o período de “Antes da Ordem do Dia” e por se tratar da primeira sessão da Assembleia de Freguesia, daria, a título excepcional, oportunidade aos diferentes grupos parlamentares para proferirem algumas palavras de início de trabalhos na sessão, atendendo a que tal não fora possível no momento da tomada de posse.

O Deputado Joaquim Gomes (PS) usou da palavra para cumprimentar os presentes, nomeadamente a Mesa, os membros da Junta, os restantes deputados da Assembleia e o público. De seguida, referiu ter apreciado as palavras proferidas pelo Presidente da Assembleia na sessão de tomada de posse e de abertura do mandato, destacando duas ideias que reteve dessa intervenção: por um lado, a importância do respeito pelo formalismo, enquanto garantia do funcionamento democrático; por outro lado, a valorização da pluralidade e da diversidade. Relativamente ao primeiro aspeto (o formalismo), considerou que tal não terá sido plenamente observado no imediato, ainda no dia da sessão de posse, que descreveu como um momento de celebração e de elevada participação, não obstante entender que, mesmo nesse contexto, certos procedimentos deveriam ter sido assegurados. Em concreto, apontou a forma como ocorreu a votação da constituição da Mesa da Assembleia, afirmando que, segundo as regras, deveria ter sido colocada às diferentes bancadas a possibilidade de apresentarem propostas, bem como deveria ter sido promovida a discussão sobre o modo de apresentação da proposta (designadamente, se seria apresentada de forma uninominal ou em lista). Observou que, apesar de o PSD dispor de maioria que lhe permitiria aprovar a sua proposta, tal não dispensaria o cumprimento formal dos procedimentos e a auscultação das restantes bancadas.

Por fim, referiu-se positivamente à iniciativa, adotada na presente sessão, de conceder espaço aos diferentes grupos parlamentares para proferirem palavras iniciais, salientando que, em sua opinião, essa oportunidade deveria também ter sido proporcionada no próprio dia da tomada de posse, permitindo a cada bancada dirigir-se ao público e aos restantes membros no início do mandato.



C. Seixas
Arquiteto
Arquiteto

Assembleia de Freguesia de Lourosa Ata 2025/1

O Deputado Fábio Silva (PSD) usou da palavra para cumprimentar a Mesa da Assembleia e respetivos membros, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia e os restantes elementos da Junta de Freguesia, os colegas deputados das várias bancadas e o público presente. Referiu ser motivo de satisfação a presença do público na sessão, acrescentando que procuraria ser breve. Em seguida, em nome da bancada do PSD, afirmou a expectativa de que o mandato decorra com liberdade de expressão e partilha de ideias, mas, acima de tudo, com respeito institucional. Nesse enquadramento, manifestou o compromisso do PSD em promover o cumprimento do Regimento da Assembleia de Freguesia, entendendo que tal facilita o trabalho de todos, e apelou a que os restantes membros e a Mesa atuem no mesmo sentido.

Acrescentou ainda reconhecer as qualidades necessárias para o desempenho das funções por parte do Presidente da Assembleia e da respetiva equipa, deixando votos de bom trabalho e de um mandato profícuo.

Dirigindo-se ao Executivo da Junta de Freguesia, declarou que poderá contar com a colaboração do PSD, com empenho, seriedade e responsabilidade, sublinhando que o objetivo comum deverá ser contribuir para melhorar a freguesia, desejando que, no final do mandato, o balanço seja positivo, com uma comunidade mais dinâmica e preparada para enfrentar os desafios decorrentes do contexto nacional e internacional. Indicou que a bancada será crítica quando o entender necessário, mas de forma construtiva, e que será igualmente a primeira a reconhecer e aplaudir o trabalho bem realizado, salientando, porém, que exigirá rigor e qualidade na execução do trabalho do Executivo.

Por fim, referiu tratar-se do seu terceiro mandato e destacou como aspeto inédito a presença de três forças políticas com representação na Assembleia, considerando que tal poderá tornar o mandato diferente e mais rico, pela diversidade de opiniões. Nesse contexto, deixou um desafio às restantes bancadas, apelando a que as intervenções privilegiem discussões saudáveis e produtivas, evitando que a crítica assuma um caráter destrutivo. Concluiu reiterando votos de bom trabalho.

O Presidente da Assembleia de Freguesia prestou esclarecimento relativamente ao apontamento efetuado pelo Deputado Joaquim Gomes, referindo que, quanto ao formalismo, a falha ocorrida terá resultado do nervosismo do Senhor Presidente da Junta, não tendo existido qualquer intenção menos correta.

Quanto à questão da pluralidade, reconheceu que teria sido adequado ter convidado as diferentes bancadas a intervir no momento da tomada de posse, assumindo a responsabilidade por não ter sido dada essa oportunidade, referindo que tal não constava do protocolo, tal como também não constava a intervenção do anterior Presidente da Junta. Acrescentou que procurará, no futuro, evitar lapsos semelhantes, assegurando o respeito pela pluralidade no decurso dos trabalhos.

De seguida, anunciou o início do período de "Antes da Ordem do Dia", informando que adotaria a metodologia de conceder a palavra aos grupos parlamentares, um de cada vez, iniciando pelo grupo com menor votação e terminando no grupo com maior votação, por forma a evitar intervenções desordenadas. Acrescentou ainda que, embora tal não esteja previsto no Regimento, existe um púlpito disponível, podendo os intervenientes optar por falar do púlpito, conferindo maior solenidade à sessão, ou manter a intervenção a partir do lugar, conforme se sentirem mais confortáveis. Referiu igualmente a intenção de, em futura revisão do Regimento, prever expressamente a utilização do púlpito nas intervenções.

Usou da palavra a Deputada Márcia Petiz (PSD), tendo apresentado os Votos de Louvor, que se transcrevem. "O Grupo do Partido Social Democrata propõe à digníssima Assembleia, um voto de louvor às seguintes entidades, pela prestação notável, nas respetivas modalidades:

1. Isabel Sousa, Campeã Mundial pela Seleção Nacional de Skyrunning no Mundial de Masters na Bulgária;
2. Rui Pedro Neves, Prémio de História Alberto Sampaio (8ª edição), atribuído pela Academia das Ciências de Lisboa, pelo estudo "O Domínio do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: formação, composição e exploração (1131-1181); Menção Honrosa no prémio Armando de Almeida Fernandes, dedicado à História Medieval Portuguesa.
3. Alexa Oliveira, Campeã Ibérica no Open Ibérico 2025, no Campeonato do Mundo ICO Wales 2025 – Born to Fight Academy;



*Seixas
Azevedo
Sardosa*

Assembleia de Freguesia de Lourosa Ata 2025/1

4. Carolina Costa, Campeã Ibérica no Open Ibérico 2025, no Campeonato do Mundo ICO Wales 2025 – Born to Fight Academy;
5. Martim Figueiredo, Campeão Ibérico no Open Ibérico 2025, no Campeonato do Mundo ICO Wales 2025 – Born to Fight Academy;
6. Lucas Castro, Campeão Ibérico no Open Ibérico 2025, no Campeonato do Mundo ICO Wales 2025 – Born to Fight Academy;
7. Susana Castro, Vice Campeã Ibérica no Open Ibérico 2025, no Campeonato do Mundo ICO Wales 2025 – Born to Fight Academy;
8. Nuno Ferreira, Vice-campeão Ibérico no Open Ibérico 2025, no Campeonato do Mundo ICO Wales 2025 – Born to Fight Academy;
9. Sandra Silva, Vice-campeã da Europa Individual e por Equipas na categoria F50, 10 km e 20km marcha, no campeonato da Europa Masters Athletics Championships-Stadia Machico 2025 – Lusitânia de Lourosa Futebol Clube, secção de Atletismo; Vice-campeã da Europa Master F50, 20 km marcha, no campeonato da Europa Masters Athletics Championships-Stadia Machico 2025 – Lusitânia de Lourosa Futebol Clube, secção de Atletismo; Campeã Nacional Master em Pista ao Ar livre nos 3000m marcha – Lusitânia de Lourosa Futebol Clube, secção de Atletismo;
10. Jaime Santos, Campeão Europeu por equipas na categoria M45, 10 km Marcha no Campeonato da Europa Masters Athletics Championships-Stadia Machico 2025; Campeão Europeu por equipas na categoria M35, 20 km Marcha no Campeonato da Europa Masters Athletics Championships-Stadia Machico 2025 – Grecas de Vagos;
11. Equipa de Cicloturismo do Lusitânia de Lourosa organizado Futebol Clube, tricampeões por equipas no Campeonato de Roda Livre organizado pela ACC – Associação de Cicloturismo do Centro;
12. Luana Alecrim, 5º lugar no Campeonato do Mundo de Grupos de Show Júnior, realizado na China;
13. Rolar Hóquei Clube Lourosa, 1º lugar, Elite Style Cup Patinagem Livre;
14. Rolar Hóquei Clube Lourosa, Campeão da Taça de Elite de Aveiro;
15. Rolar Hóquei Clube Lourosa, 1º lugar, Elite Style Cup Solo;
16. Rolar Hóquei Clube Lourosa Vice Campeão em Patinagem Livre e Solo Dance, no Torneio Roll Masters 2025;
17. Leonor Moreira, Campeã Nacional da 2ª Divisão na disciplina Patinagem Livre – Júnior Feminino - Rolar Hóquei Clube Lourosa;
18. Débora Bernardes, Vice Campeã Nacional da 2ª Divisão na disciplina de Solo Dance – Júnior Feminino - Rolar Hóquei Clube Lourosa;
19. Gonçalo Azevedo, medalha de bronze no Open Internacional de Pontevedra;
20. Maria Alice Fernandes, 1º lugar, F70, no XXVII Grande Prémio Internacional de Atletismo Alberto Batista, 10 Km;
21. Josué Fernandes, 2º lugar, F70, no XXVII Grande Prémio Internacional de Atletismo Alberto Batista, 10 Km;
22. Margarida Melo, Campeã de Aveiro de Master F50 nos 100m – Lusitânia de Lourosa Futebol Clube, secção de Atletismo.
23. Filipa Cancela, Campeã Nacional Master F40 em Pista ao Ar livre nos 100m e Vice-campeã nos 200m na mesma prova – Lusitânia de Lourosa Futebol Clube, secção de Atletismo;
24. Leonardo Bessa, Campeão na Taça de Aveiro nos 100m – Lusitânia de Lourosa Futebol Clube, secção de Atletismo;
25. André Malva, Vice-campeão na Taça de Aveiro nos 100m – Lusitânia de Lourosa Futebol Clube, secção de Atletismo;
26. Catarina Sousa, Vice-campeã na Taça de Aveiro nos 100m – Lusitânia de Lourosa Futebol Clube, secção de Atletismo;
27. Eva Machado, Vice-campeã na Taça de Aveiro nos 100m – Lusitânia de Lourosa Futebol Clube, secção de Atletismo;
28. Eva Pinto, Vice-campeã na Taça de Aveiro nos 100m; Vice Campeã de Aveiro de sub 20 nos 800 metros – Lusitânia de Lourosa Futebol Clube, secção de Atletismo.
29. Lusitânia de Lourosa, Secção de Atletismo – Filipa Silva – Campeã de Aveiro sub 20 no lançamento do Dardo;
30. Lusitânia de Lourosa, Secção de Atletismo – Filipa Fernandes – Campeã de Aveiro, de sub 20 no Triplo Salto;



C. Sousa
Amal
Sousa

Assembleia de Freguesia de Lourosa Ata 2025/1

31. Lusitânia de Lourosa, Secção de Atletismo – Micael Santos – Campeão de Aveiro de sub 20 no Salto em Altura;
32. Lusitânia de Lourosa, Secção de Atletismo – Catarina Sousa, Sub Vice Campeã de Aveiro de sub 20 nos 200 metros;
33. Adriana Reis, Rolar Hóquei Clube de Lourosa – 1º lugar na Taça de Portugal 2025, Infantis Solo Dance;
34. Guilherme Silva, Rolar Hóquei Clube de Lourosa – 1º lugar na Taça de Portugal 2025, Iniciados Solo Dance;
35. Gabriela Reis, Rolar Hóquei Clube de Lourosa – 2º lugar na Taça de Portugal 2025, Iniciados Solo Dance;
36. Joaquim Barbosa, Centro de Ténis de Mesa de Lourosa – Vice-campeão no Torneio Internacional de Veteranos na Madeira, + 70 anos;
37. Carla Oliveira, medalha de prata, Curitiba Brasil World Cup 2025;
38. Vítor Daniel Castro, Secção Boxe Lusitânia de Lourosa, vencedor do Torneio Internacional Odivelas Cup pela seleção Nacional.
39. Eduarda Coelho, 1º lugar no escalão 4 a 11 anos, corrida S. Silvestre Lourosa 2025 - Lusitânia de Lourosa, Secção de Atletismo;
40. Rodrigo Sousa, 1º lugar no escalão 12 a 15 anos, corrida S. Silvestre Lourosa 2025 - Lusitânia de Lourosa, Secção de Atletismo;
41. Ana Margarida, 1º lugar no escalão 12 a 15 anos, corrida S. Silvestre Lourosa 2025 - Lusitânia de Lourosa, Secção de Atletismo;
42. Maria Peixoto, 2º lugar no escalão 12 a 15 anos, corrida S. Silvestre Lourosa 2025 - Lusitânia de Lourosa, Secção de Atletismo. Com o seu esforço, resiliência e abnegação representam um orgulho para a Cidade de Lourosa."

A Deputada Sónia Rocha (PSD) usou da palavra para cumprimentar o Presidente da Assembleia, os membros da Mesa, a Junta de Freguesia, os colegas deputados e os restantes presentes. Referiu ter solicitado a palavra por entender que há momentos relevantes que não devem ficar em branco na vida da freguesia, destacando, nesse âmbito, o sucesso do mercado local, apesar das condições meteorológicas adversas. Agradeceu e elogiou o trabalho de organização do evento, salientando a decisão, que considerou difícil, de cancelar o dia de sábado e de prolongar a iniciativa para o feriado de 8 de dezembro, classificando-a como um ato de coragem e de responsabilidade, que contribuiu para o êxito da realização.

De seguida, elogiou a iluminação de Natal, referindo que a mesma trouxe cor e luz à localidade nesta época, sublinhando tratar-se de uma iluminação sóbria e de muito bom gosto.

Por fim, manifestou uma palavra de apreço ao Clube Duas Rodas pela iniciativa de levar a magia de Natal a todas as escolas da freguesia, ação que afirmou valorizar.

O Deputado Marcelo Sá (PSD) usou da palavra para cumprimentar o Presidente e a Mesa da Assembleia, o Executivo da Junta de Freguesia, as bancadas do Chega, do PS e do PSD, bem como o público presente. De seguida, felicitou o atual e renovado Executivo da Junta de Freguesia pelo início do mandato, que classificou como auspicioso.

Acrescentou, no entanto, entender existir margem para se fazer mais e melhor para a freguesia, designadamente através da agilização de projetos de menor dimensão e reduzido impacto financeiro. A título de exemplo, mencionou a concretização do Parque Canino, de uma zona de Street Workout e, ainda, de um campo de Street Basket, referindo que tais projetos já se encontram contemplados no orçamento da Junta de Freguesia, a apresentar no ponto 2 da ordem do dia, o que considerou motivo de satisfação. No seu entendimento, tratam-se de projetos inovadores e com valor acrescentado em termos de desporto e lazer para a localidade, defendendo que faria sentido procurar que estivessem concluídos num prazo curto, idealmente até à proximidade da primavera, período em que a melhoria das condições meteorológicas tende a aumentar a utilização dos espaços verdes. Nesse contexto, deixou o desafio e formulou questão ao Executivo, solicitando informação sobre a situação atual e a previsão para a realização dos referidos projetos.



Seitas
Amalho
Barroso

Assembleia de Freguesia de Lourosa

Ata 2025/1

O Deputado Roberto Oliveira (PSD) usou da palavra para cumprimentar a Mesa da Assembleia, na pessoa do Senhor Presidente e restantes membros, o Executivo da Junta de Freguesia, na pessoa do Senhor Presidente e respetiva equipa, as bancadas do Chega e do PS, os colegas do PSD e o público presente. De seguida, referiu pretender abordar as obras de referência recentemente concluídas na freguesia, mencionando, em particular, as obras das instalações sanitárias no Largo da Igreja e a obra na Avenida de Lourosa, fazendo ainda referência à ciclovia. Nesse contexto, solicitou ao Executivo um ponto de situação e feedback sobre as referidas intervenções.

A Deputada Filipa Oliveira (PSD) usou da palavra para cumprimentar os presentes e informou que a sua intervenção incidia sobre a Biblioteca, situada no mesmo edifício onde decorria a sessão. Sublinhou a importância da cultura como base de uma sociedade, referindo a biblioteca enquanto instituição cultural e centro de acesso ao conhecimento, de promoção de hábitos de leitura, bem como espaço de lazer e de encontro comunitário. Nesse contexto, questionou o Senhor Presidente da Junta sobre se o plano de ação do Executivo prevê ou contempla a melhoria e/ou modernização da biblioteca e a execução de projetos de valorização e finalização dos espaços, com vista a incentivar a adesão e a participação dos lourosenses nesta valência.

O Deputado Fábio Silva (PSD) considerou que o trabalho do Executivo deverá privilegiar uma efetiva “mudança”, deixando uma reflexão centrada na mobilidade pedonal na freguesia. Referiu que, na sua perspectiva, são poucos os lourosenses que conseguem realizar um percurso a pé desde as suas casas utilizando, ao longo de todo o trajeto, passeios ou vias contínuas e seguras. Acrescentou que a freguesia continua a apresentar um número elevado de passeios que considerou impróprios para utilização ou pouco funcionais, defendendo que esta situação deve ser assumida como um problema prioritário. Referiu ainda a necessidade de prosseguir o trabalho de requalificação e repavimentação das estradas, sublinhando a importância de concluir esse esforço durante o mandato. Nesse sentido, lançou ao Executivo o desafio de, ao longo dos próximos quatro anos, assumir de forma séria a resolução dos problemas de mobilidade, de modo que, no final do mandato, Lourosa seja mais amiga dos peões, com melhores condições de circulação e maior segurança.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Miguel Silva, usou da palavra para responder às intervenções, cumprimentando o Presidente da Assembleia e a Mesa, as bancadas presentes (Chega, PS e PSD), bem como o público, agradecendo a presença apesar do dia frio e chuvoso, referindo que a participação contribui para a evolução da freguesia.

Em resposta às referências efetuadas à valorização da comunidade por parte da Deputada Márcia Petiz, salientou que Lourosa tem vindo a demonstrar talento em diversas áreas, incluindo a cultura, sublinhando que o trabalho desenvolvido nessa matéria não é mérito exclusivo da Junta, mas sobretudo das associações locais que trabalham diariamente para que as iniciativas aconteçam, deixando-lhes uma palavra de parabéns e incentivo à continuidade do trabalho.

Relativamente ao Mercado de Natal, na sequência da intervenção da Deputada Sónia Rocha, considerou que, apesar da chuva, a iniciativa foi um sucesso. Explicou que a organização estava condicionada pelo tempo e, adicionalmente, pela disponibilidade de materiais, uma vez que parte do equipamento necessário era proveniente de outras freguesias e teria utilização prevista na semana seguinte noutros locais, o que obrigou a uma decisão de gestão do evento. Referiu que a opção tomada visou, designadamente, apoiar os comerciantes participantes, agradecendo e felicitando todos os que contribuíram para o sucesso do Mercado de Natal.

Quanto à iluminação de Natal, afirmou que o Executivo pretende manter esta tradição, referindo a importância de projetar uma boa imagem para quem atravessa a freguesia, atendendo à passagem de elevado número de pessoas, e realçando o sentido simbólico da iluminação natalícia, associada à luz e ao espírito da época.

Sobre a iniciativa do “Pai Natal nas Escolas”, referiu tratar-se de uma decisão e prática que acompanha há anos, evocando a sua experiência pessoal enquanto aluno, e salientando que continua a ser uma iniciativa muito apreciada pelas crianças. Indicou que o valor da iniciativa reside sobretudo no momento e na experiência proporcionada, mais do que nas prendas, considerando tratar-se de um “dia diferente” para a comunidade escolar.



*CSilvas
Azeiteiro
Lourosa*

Assembleia de Freguesia de Lourosa Ata 2025/1

Em resposta ao Deputado Marcelo Sá, relativamente aos projetos referidos (Parque Canino, Street Workout e campo de Street Basket), reconheceu que a concretização num prazo curto constitui um desafio, explicando existirem condicionantes associadas a procedimentos, contratação e execução. Ainda assim, afirmou a intenção de cumprir os prazos na medida do possível; admitindo que poderá não ser viável ter os três projetos concluídos antes da primavera, mas apontando como horizonte previsível que possam ficar em funcionamento no prazo de aproximadamente um ano a um ano e meio. Acrescentou que, em alguns casos, será necessário proceder a alterações de projeto/design, designadamente por envolver utilização de espaços municipais, o que implicará articulação e trâmites adicionais.

Em resposta ao Deputado Roberto Oliveira, quanto às casas de banho do Largo da Igreja, referiu que, apesar de já se encontrarem abertas e a funcionar, proporcionando condições aos utilizadores, subsistem ainda alguns pormenores a concluir. Explicou que se tratou de uma obra de requalificação de instalações existentes e não de construção de raiz, tendo implicado uma transformação significativa, estando em curso ajustes finais, incluindo ao nível estético.

Quanto à obra na Avenida de Lourosa, esclareceu que, embora possa aparentar estar concluída para quem nela circula, a intervenção ainda não se encontra finalizada, faltando concluir alguns espaços e trabalhos complementares. Referiu que, devido à intervenção na rede subterrânea, foi necessário refazer infraestruturas, em articulação com a Câmara Municipal, encontrando-se agora na fase final, com reposição de pavimentos e acertos. Indicou como previsão que a obra possa estar concluída dentro de cerca de um mês a mês e meio.

Em resposta à Deputada Filipa Oliveira, relativamente à Biblioteca, reconheceu que o espaço necessita de renovação e dinamização, defendendo a importância da biblioteca enquanto valência e equipamento de proximidade. Informou que o Executivo se encontra a articular com o município, entidade responsável pela rede de bibliotecas do concelho, com vista a realocar a biblioteca para o piso inferior do edifício da Junta, por considerar que tal facilitará o acesso e aproximar a biblioteca das pessoas. Referiu ainda que esta solução poderá ser particularmente relevante para pessoas com mobilidade condicionada, por reduzir barreiras de acesso.

Por fim, em resposta ao Deputado Fábio Silva, sobre mobilidade pedonal e passeios, concordou tratar-se de uma necessidade e afirmou que o Executivo pretende fazer uma aposta séria nesta matéria durante o mandato, referindo já terem sido iniciadas intervenções mais rápidas para recuperação de alguns passeios. Assinalou, contudo, que não será possível resolver todos os problemas de mobilidade existentes, por serem numerosos e exigirem tempo, mas garantiu que será feito tudo o que for possível para resolver o máximo de situações. Mencionou ainda existirem ideias e trabalho a desenvolver nesta área.

Relativamente à requalificação/repavimentação das estradas, afirmou que o Executivo continuará a proceder à pavimentação e requalificação, por considerar que a freguesia deve dispor de vias em condições. Referiu existirem ainda arruamentos a necessitar de intervenção e reiterou o compromisso de continuar a trabalhar para esse objetivo, mencionando que algumas intervenções já foram efetuadas, como na Avenida de Lourosa.

O Presidente da Assembleia de Freguesia agradeceu ao Senhor Presidente da Junta a resposta prestada às intervenções, salientando a capacidade de síntese.

Antes de abrir o período de intervenção do público, informou que o voto de louvor apresentado pela bancada do PSD teria de ser submetido a votação. Acrescentou que, no âmbito da revisão do Regimento a realizar, considera importante rever também a forma de apresentação destes votos de louvor. Esclareceu que, de acordo com o Regimento em vigor, o voto de louvor seria votado naquele momento e, posteriormente, a Junta de Freguesia faria chegar, em nome da Assembleia, o voto às pessoas visadas. Colocado à votação, o voto de louvor foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Assembleia de Freguesia dirigindo uma palavra especial de felicitação a Rui Neves, por se encontrar presente e por ter sido mencionado, congratulando-o pelo feito alcançado.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:



Carlos Seixas
Ivan Carvalho
Sónia Cardoso

Assembleia de Freguesia de Lourosa Ata 2025/1

O Presidente da Assembleia de Freguesia, Carlos Seixas, abriu o período de intervenção do público, não tendo existido inscrições, pelo que se deu continuidade para o ponto seguinte

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

Presente a Ordem de Trabalhos foram tomadas as seguintes resoluções acerca dos assuntos dela constantes.

(01) PONTO UM DA ORDEM DO DIA - Leitura e aprovação da ata da sessão anterior

O Presidente da Assembleia de Freguesia, Carlos Seixas, esclarecendo que a sessão anterior ocorreu no mandato anterior, tendo sido realizada em vinte e cinco de setembro de dois mil e vinte e cinco. Informou que a ata foi elaborada pela Mesa anterior, presidida por José Ricardo, com secretariado de Ivan Carvalho e Mónica Dias. Explicou ainda que muitos dos presentes não estiveram nessa sessão e, por conseguinte, não faria sentido votarem a ata, sendo esse também o enquadramento legal aplicável. Preciso que apenas poderiam votar os elementos que estiveram presentes nessa sessão, identificando-os: o próprio (à data como membro da Junta), Sónia Cardoso (à data como membro da Junta), Ivan Carvalho (à data como secretário), e os Deputados Fábio Silva e Roberto Oliveira (já então deputados eleitos pelo PSD).

Por fim, colocou à Assembleia a possibilidade de dispensar a leitura da ata, perguntando se todos a dispensavam, o que foi aprovado por unanimidade.

O Deputado Joaquim Gomes (PS) interveio para referir que, estando a ata previamente disponibilizada, faria sentido dispensar a sua leitura. Quanto à votação, acrescentou que os deputados que não estiveram presentes na sessão a que a ata respeita têm a faculdade de se abster, o que, segundo indicou, é o procedimento normalmente seguido quando não se participou na reunião.

O Presidente da Assembleia de Freguesia esclareceu que, nos termos legais aplicáveis, quando um deputado não esteve presente na sessão a que a ata respeita, não deve votar a respetiva aprovação. Referiu que, pelo seu entendimento, o procedimento é semelhante ao praticado na Assembleia Municipal: o deputado que não esteve presente e volta a estar presente noutra sessão, no contexto da votação da ata, não se abstém nem vota contra ou a favor; simplesmente não vota.

Tendo a ata não merecido quaisquer reparos, a mesma, colocada à votação dos deputados que estiveram presentes na assembleia de vinte e cinco de setembro de dois mil e vinte e cinco, foi aprovada por unanimidade dos mesmos.

(02) PONTO DOIS DA ORDEM DO DIA - Grandes Opções do Plano e Orçamento para o Ano Financeiro de 2026

O Presidente da Junta de Freguesia, Miguel Silva, interveio, referindo que o Executivo pretende, no presente mandato, realizar uma aposta significativa nas despesas de capital, as quais serão distribuídas por duas grandes prioridades. Nesse enquadramento, indicou, em primeiro lugar, a intenção de apoiar o Centro Social, designadamente no âmbito da construção do Lar de Idosos. Em segundo lugar, referiu o apoio ao Lusitânia de Lourosa, com vista à construção de um campo sintético, de modo a proporcionar às crianças melhores condições para a prática desportiva.

Acrescentou ainda que existe uma aposta relevante na área da mobilidade, em linha com a questão anteriormente levantada pelo Deputado Fábio Silva, referindo que a Junta de Freguesia afetará uma dotação significativa a esta prioridade ao longo do mandato.

O Deputado Joaquim Gomes (PS) usou da palavra, referindo que já não participava há muitos anos como membro da Assembleia e que, entretanto, a cidade e a sua realidade evoluíram. Indicou que muitos dos documentos



C. Seixas
A. P. Alves
S. Cardoso

Assembleia de Freguesia de Lourosa Ata 2025/1

apresentados já não lhe transmitiam informação suficiente e, por essa razão, adiantou que iria, sobretudo, colocar perguntas para ficar mais esclarecido, pedindo desde logo desculpa pelo número de questões.

Antes de formular as perguntas, deixou dois comentários de enquadramento. O primeiro, relativo à ausência de um plano de atividades devidamente evidenciado, afirmando que, no seu entendimento, o orçamento deveria assentar num plano de atividades para 2026, tal como seria desejável existir um relatório de atividades, ainda que resumido, do período mais recente. Referiu admitir que o plano de atividades pudesse estar subjacente à distribuição das despesas, mas afirmou que esperava ver essa componente mais explícita. O segundo comentário prendeu-se com a forma de apresentação das contas, referindo que foi apresentado um relatório de atividades e a situação financeira até novembro de 2025 (mencionando a data de 29 de novembro), o que lhe suscitou dúvidas quanto à mensalização de despesas e receitas. Explicou que assumiu tratar-se de 11 meses e procedeu a uma projeção anual (dividindo por 11 e multiplicando por 12) para estimar o resultado final de 2025; quanto aos salários, indicou que adotou um critério diferente, dividindo por 12 e multiplicando por 14, atendendo ao pagamento em 14 meses. Referiu ainda ter estranhado que a proposta orçamental apresentasse maior detalhe do que a prestação de contas, sublinhando que, na sua perspectiva, o orçamento, por ser um exercício previsional, tenderia a apresentar valores agregados, ao passo que a prestação de contas deveria permitir perceber com maior rigor onde foi efetivamente despendido o dinheiro, o que, segundo afirmou, não lhe foi possível aferir com a informação apresentada.

No âmbito das receitas, começou por abordar impostos e taxas, referindo que o preâmbulo do documento indica que as receitas previstas para o ano seguinte não podem ser superiores às previstas para o ano em curso, mas que, na sua leitura, os valores apresentados aumentam. Indicou, após a sua mensalização, que os impostos passariam de 9.500 euros (2025) para 11.700 euros (2026) e as taxas de 75.300 euros (2025) para 104.400 euros (2026), solicitando explicação para essa variação. Questionou igualmente a diferença nas vendas de bens, referindo uma previsão de cerca de 94 mil euros em 2025 e de 30 mil euros em 2026, pedindo esclarecimento quanto ao motivo da diminuição. Mencionou ainda as vendas de bens de investimento, indicando que passariam de 0 para 30 mil euros, admitindo que tal pudesse relacionar-se com a venda dos ossários, mas solicitando confirmação e enquadramento. Quanto às transferências de capital, referiu que, após a sua estimativa para 2025, apurou cerca de 199 mil euros (aproximadamente 200 mil euros) e que, para 2026, estariam previstos cerca de 150/151 mil euros, solicitando esclarecimentos sobre a redução, atendendo a que, no seu entender, as transferências de capital constituem a principal fonte de receita da Junta.

No âmbito das despesas, referiu que, com base nos cálculos efetuados, estimou cerca de 236 mil euros de despesa com pessoal em 2025 e 292 mil euros em 2026, apontando um aumento aproximado de 24%, e questionou a razão dessa diferença, uma vez que, segundo afirmou, não se vislumbrava aumento do número de trabalhadores. Referiu também um aumento na aquisição de bens (indicando uma passagem de 166 mil euros para 187 mil euros, cerca de 13%), pedindo igualmente enquadramento. Quanto à aquisição de bens de capital, referiu uma despesa de 208 mil euros em 2025 e 180 mil euros em 2026, admitindo que pudesse estar relacionada com os ossários, mas solicitando confirmação. Relativamente às despesas de investimento, referiu entender que duas rubricas estariam, na sua opinião, indevidamente classificadas como investimento, por corresponderem a apoios/subsídios a entidades (nomeadamente o apoio ao Centro Social para construção do lar e o apoio ao campo sintético), sustentando que investimento deveria corresponder a bens de longa duração da própria Junta/entidade pública. Questionou ainda a rubrica de construção do campo de padel no valor de 4.000 euros, referindo que, na sua experiência, a construção de campos de padel normalmente implica valores muito superiores, pelo que solicitou esclarecimento se o montante se destinava apenas ao arranque do processo ou se existia outra explicação. Registou, de seguida, duas notas positivas: por um lado, a realização de uma reunião prévia do Executivo com representantes de outros partidos, referindo que a mesma foi apreciada; por outro, a inclusão de uma proposta relativa a trilhos, entendendo tratar-se de acolhimento de uma proposta anteriormente apresentada pela sua bancada, o que assinalou com agrado.

Colocou depois uma questão de curiosidade sobre uma rubrica relativa a “equipamento de recolha de resíduos”, pedindo esclarecimento sobre o que se trata concretamente, questionando se seria equipamento do tipo



C. Seixas
Arraial
Lourosa

Assembleia de Freguesia de Lourosa Ata 2025/1

varredora/aspiradora.

Realçou também, de forma positiva, a proposta de instalação de painéis solares no edifício do fórum da junta, considerando-a um bom caminho.

Adicionalmente, sugeriu a criação de um programa de colocação de bancos de jardim financiados por pessoas ou famílias, com possibilidade de dedicatória e/ou memória, entendendo que tal permitiria aumentar o número de bancos disponíveis na freguesia, com benefício particular para a população mais idosa. Referiu, a propósito, ter observado a colocação de um banco junto à “casa do Pereira”, considerando a ideia positiva, embora observando que poderia faltar uma árvore para sombra no local.

Por fim, colocou duas questões adicionais: uma relativa ao “bar do Arraial”, questionando como se prevê resolver essa matéria, dado que surge no orçamento a respectiva receita; e outra sobre a eventual existência de mais ativos da Junta que possam ser rentabilizados, gerando receita adicional para financiar iniciativas na freguesia.

O Deputado Fábio Silva (PSD) manifestou agrado pela intenção da Junta de Freguesia de Lourosa em investir em medidas de redução do impacto ambiental, destacando, em particular, a previsão de instalação de painéis solares no edifício.

Referiu ainda como relevante o apoio que a Junta de Freguesia prevê atribuir para a construção de um equipamento há muito ansiado pela população, concretamente o Lar de Idosos do Centro Social de Lourosa.

Por fim, colocou uma questão ao Executivo relativamente aos apoios às associações, solicitando esclarecimento sobre a forma como esses apoios serão distribuídos e segundo que critérios ou modos de atribuição.

O Presidente da Junta de Freguesia tomou a palavra para responder, começando por indicar que responderia, em primeiro lugar, ao Deputado Fábio Silva, por considerar serem questões mais diretas.

Em resposta ao Deputado Fábio Silva, relativamente à instalação de painéis solares, referiu que, após análise efetuada pelo Executivo desde a tomada de funções, entenderam ser possível obter poupança, mas sublinhou que a medida não se resume ao aspeto financeiro: trata-se também de responsabilidade pública e de exemplo para a comunidade no domínio da energia. Indicou que, enquanto entidade pública, a Junta deve “dar o exemplo”, afirmando que a instalação de painéis permitirá reduzir consumos do edifício e a despesa com energia. Quanto ao apoio ao Lar de Idosos do Centro Social de Lourosa, reiterou tratar-se de uma prioridade do Executivo, reconhecendo, contudo, que não é uma obra da Junta e não depende exclusivamente desta. Ainda assim, defendeu que “são precisos contributos de todos” e que a Junta tem um papel relevante, considerando necessária a colaboração de todas as entidades e forças presentes. Referiu que o Executivo decidiu avançar com um apoio significativo, que considera inédito, por entender que é primordial, embora reconhecendo que, por si só, tal apoio não determina o início ou conclusão da obra, mas contribui para o esforço coletivo. Relativamente aos apoios às associações/instituições, informou que o Executivo está a trabalhar num programa estruturado de apoio, assente na lógica de financiamento em função do retorno para a comunidade: a instituição realiza uma atividade/serviço para a comunidade e a Junta apoia a instituição, permitindo, assim, uma distribuição mais orientada e transparente dos apoios. Acrescentou que pretende reforçar o papel das associações na dinamização da freguesia e que a Junta se deverá concentrar sobretudo em áreas estruturais (mencionando a mobilidade, entre outras), apoiando as associações para que não “fiquem sozinhas” na concretização de iniciativas.

De seguida, passando a responder às questões adicionais levantadas pelo deputado Joaquim Gomes, esclareceu o ponto relativo ao Bar do Arraial, referindo que se trata de uma situação de incumprimento já conhecida. Informou que, logo após a entrada em funções, o Executivo reuniu com o concessionário, tendo sido definido um prazo, o qual, segundo indicou, não foi cumprido. Nessa sequência, informou que foi instaurada uma ação de despejo e que o processo seguirá as instâncias necessárias para repor os direitos da Junta, salientando que o concessionário concorreu, propôs os valores e assumiu as obrigações, cabendo-lhe gerir o negócio. Retomou também a questão dos painéis solares, reiterando que a decisão envolve responsabilidade e exemplo público, não se reduzindo ao aspeto monetário. Relativamente ao “equipamento de recolha de resíduos”, esclareceu que se trata de uma varredora. Indicou que o custo do equipamento é elevado e que a Junta não dispõe de verba para aquisição



Carlos Seixas
Presidente da Junta
de Lourosa

Assembleia de Freguesia de Lourosa Ata 2025/1

imediate na totalidade, pelo que a opção é repartir o investimento por vários anos, alocando anualmente uma verba até perfazer o valor necessário. Acrescentou existir, igualmente, a perspectiva de apoio da Câmara Municipal para a aquisição, indicando que o investimento se fará de forma faseada, em articulação com esse apoio. Quanto à rubrica associada à construção do campo de padel, explicou que a verba se destina ao início do processo, reconhecendo que o custo real é muito superior. Indicou que a estratégia passa por iniciar os trâmites e procurar apoio da Câmara Municipal, referindo que, com tal apoio, a Junta poderá libertar recursos para outras áreas. Deu nota que dificilmente a concretização irá ocorrer num prazo de um ano e meio a dois anos. Relativamente ao aumento da despesa com pessoal, esclareceu que está contemplada a contratação de mais duas pessoas para o quadro de pessoal, acrescentando ainda a necessidade de considerar a avaliação dos trabalhadores e as progressões automáticas/alterações remuneratórias daí decorrentes, justificando, assim, a previsão de aumento. Relativamente às transferências de capital, esclareceu que a Junta recebe verbas da Câmara Municipal, referindo que a evolução desse montante se encontra associada à visão do Executivo para a freguesia e à concretização de intervenções em parceria com o município, designadamente ao nível de passeios. Indicou ainda que os respetivos subsídios e/ou protocolos são inscritos nessa rubrica, uma vez que, para além das transferências legalmente previstas, existem protocolos e outras formas de apoio municipal que influenciam o valor das transferências de capital. Quanto às taxas, indicou que o Executivo prevê proceder a ajustamentos na tabela de taxas (a aprovar em ponto posterior), considerando que as taxas se encontram inalteradas há muito tempo e que esta é a altura adequada para rever valores e procedimentos, mencionando exemplos como fotocópias e outros serviços, bem como ações de limpeza associadas a situações específicas. Referiu ainda existir um problema relacionado com o cemitério, indicando que nem os ossários existentes permitem resolver a falta de espaço, apontando a necessidade de enfrentar essa limitação. Relativamente às observações sobre “prestação de contas”, “plano de atividades” e “plano de investimentos”, o Senhor Presidente da Junta referiu que o Executivo entende que as prioridades e o plano de atuação se encontram explicitados nas rubricas do plano e do orçamento, destacando como área com maior alocação financeira a intervenção em passeios e mobilidade, bem como outras componentes como construção/obras, intervenções diversas, e aquisição de equipamento (incluindo informático). Esclareceu que não é possível detalhar, com antecedência, todos os locais exatos de intervenção ao longo do ano, por dependerem de dinâmicas e necessidades que surgem, incluindo fatores associados da vontade de privados, explicando que, se fosse possível identificar previamente todas as intervenções, poderia ser apresentado um plano mais detalhado por locais e prazos. Acrescentou ainda que a atividade da Junta tem componentes sazonais: referiu que, em meses mais quentes, existe maior foco em tarefas operacionais e de manutenção, como limpeza de parques, limpeza de ervas e ruas, concentrando outras intervenções, como passeios e arranjos, quando as condições e prioridades o permitem. Concluiu referindo que procurou responder aos pontos essenciais, reconhecendo que, devido ao elevado número de questões, poderia ter omitido algum aspeto e questionando se faltaria alguma matéria por esclarecer.

O Deputado Joaquim Gomes voltou a usar da palavra para reforçar uma das suas preocupações centrais, reiterando que a informação apresentada não permite perceber com suficiente detalhe a estrutura das despesas, questionando se não seria possível apresentar as despesas de forma mais detalhada. Referiu que procuraria compreender melhor o relatório de contas de 2025, admitindo que possa ser “o modo habitual” de apresentação, mas insistindo na necessidade de maior discriminação. A título de exemplo, indicou a rubrica de receitas “Rendimentos de Propriedade”, assinalando que, em 2025, constam 390 euros, enquanto em 2026 surgem 51.800 euros, questionando o que justifica uma variação tão significativa e solicitando esclarecimento concreto sobre a natureza dessa receita. Acrescentou que, por não existir detalhe suficiente no documento, não consegue identificar a origem dessa diferença.

O Presidente da Assembleia de Freguesia, Carlos Seixas, interveio para deixar uma nota breve, esclarecendo que a explicação sobre a rubrica dos “rendimentos de propriedade” deverá, ainda assim, ser prestada, mas procurando enquadrar a questão com base na sua experiência anterior no Executivo. Referiu que a apreciação do relatório de



*Cláudia
Joaquim
Secretaria*

Assembleia de Freguesia de Lourosa Ata 2025/1

contas completo relativo ao ano de 2025 apenas ocorrerá posteriormente, indicando que tal avaliação será feita em abril. Explicou que o documento em análise naquele momento corresponde a um relatório resumido, com caráter intermédio. Acrescentou que se trata de um reporte financeiro e de atividades de natureza periódica, elaborado para cumprimento do dever de informação entre sessões, isto é, de Assembleia para Assembleia, sendo um documento processado com regularidade (trimestralmente), com vista a apresentar a evolução financeira no intervalo entre reuniões, razão pela qual poderá não conter o nível de detalhe esperado no relatório anual completo.

O Presidente da Junta de Freguesia esclareceu que a rubrica "rendimentos de propriedade" aumenta em 2026 devido a um esforço de maior transparência e melhor enquadramento contabilístico, através da reclassificação de determinadas receitas correntes para a rubrica adequada. Explicou que passaram a ser inscritas como "rendimentos de propriedade" receitas provenientes de ativos e imóveis da Junta, bem como de concessões/contratos associados, mencionando, entre outros, as rendas das Finanças, o complexo da Feira dos Dez e o Bar do Arraial. Sublinhou que, sendo a propriedade da Junta e estando a exploração concedida por contrato, a receita gerada deve ser registada como rendimento de propriedade.

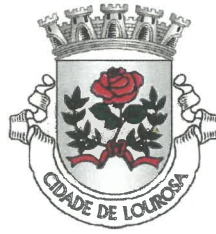
Colocado à votação, as grandes opções do plano e orçamento para o ano financeiro de 2026, são aprovadas por maioria dos presentes, com abstenção da bancada socialista e votos a favor dos restantes deputados.

(03) PONTO TRÊS DA ORDEM DO DIA - Taxas e Licenças para o ano 2026

O Presidente da Junta de Freguesia, Miguel Silva, esclareceu que o Executivo pretende atualizar as taxas e licenças, por considerar que a tabela se encontrava desatualizada há vários anos, incluindo em itens como o valor das fotocópias. Referiu igualmente que serão introduzidas rubricas que não estavam anteriormente previstas, como a limpeza de covato, cuja execução passou a implicar custos mais elevados, em particular devido ao aumento do custo da mão de obra, indicando que a intervenção requer atualmente a afetação de dois funcionários.

O Deputado Joaquim Gomes (PS) interveio para referir que tinha a perceção de que as taxas seriam atualizadas de forma sequencial, sem alterações significativas. Acrescentou que não conhece a tabela anterior e que, como no documento não constam lado a lado a lista de taxas anterior e a atual, não conseguiu perceber com clareza o que foi efetivamente atualizado. Nesse sentido, solicitou que fosse disponibilizada uma apresentação comparativa, ou indicação concreta, das alterações introduzidas, para poder identificar o que foi modificado.

O Presidente da Junta de Freguesia respondeu que as alterações às taxas não são, em geral, muito significativas. Referiu que, em diversos itens, o aumento foi reduzido (indicando, nalguns casos, uma atualização de cerca de um euro), alinhando valores com os praticados noutras freguesias. Esclareceu que as fotocópias não eram atualizadas há muito tempo e que, atendendo ao aumento dos custos dos consumíveis (tinta, papel, entre outros), o Executivo entendeu necessário proceder à atualização, não podendo ignorar essa evolução de custos. Relativamente às licenças de canídeos, afirmou que o Executivo optou por não aumentar a respetiva taxa, por pretender lançar uma campanha de sensibilização e regularização, uma vez que considera existir um número elevado de cães na freguesia, mas uma receita muito baixa associada ao respetivo registo, entendendo que a prioridade é promover a legalização e a responsabilidade da população, mais do que uma questão financeira. No que respeita às sepulturas, referiu que, apesar de não existirem sepulturas disponíveis para venda, os respetivos valores não eram revistos há muito tempo e que, no âmbito da atualização geral da tabela, foi efetuado um ajuste residual. Indicou ainda que, quanto aos ossários, foi definido um valor anual de 200 euros, e que a taxa relativa à limpeza de covato registou um aumento de cerca de 20 euros. Concluiu salientando que, no restante, não existem alterações relevantes, mantendo-se inalterados, entre outros, os valores associados ao pavilhão, ao mercado/feira (incluindo a feira do velho), ao auditório, às aulas e a outros serviços.



*Cláudio
Azevedo
Secretário*

Assembleia de Freguesia de Lourosa Ata 2025/1

O Deputado Joaquim Gomes voltou a intervir, deixando duas notas. Em primeiro lugar, referiu-se ao pavilhão, observando que, sendo previstas obras, questionou se, após a realização dessas intervenções, o Executivo pondera atualizar os valores praticados, com vista a recuperar parte do investimento realizado. Em segundo lugar, abordou a temática dos cemitérios, salientando que se trata de um assunto recorrente e sensível, referindo que existem famílias que já têm dificuldade em conseguir adquirir um espaço. Acrescentou ter dúvidas quanto ao termo mais correto a utilizar, por não saber exatamente qual o vínculo jurídico aplicável a esse espaço, admitindo tratar-se de uma concessão. Nesse contexto, colocou uma questão concreta sobre a duração: perguntou por quanto tempo vigora a concessão, referindo que os valores indicados para sepulturas se situam na ordem de alguns milhares de euros.

O Presidente da Junta de Freguesia referiu que o cemitério é um tema difícil, indicando existir limitação de espaço e constrangimentos na possibilidade de expansão, apesar de a Junta pretender dispor de mais área, até para melhorar e adequar as infraestruturas. Relativamente às sepulturas, esclareceu que a informação se encontra detalhada na tabela de taxas, existindo diferentes preços consoante o tipo, por exemplo, com fundações ou sem fundações. Contudo, salientou que atualmente não existem sepulturas disponíveis. Esclareceu ainda que, quando existem, as sepulturas são perpétuas. Relativamente aos ossários, referiu que o Executivo entende que a atribuição em regime perpétuo tenderia a encarecer significativamente os valores, podendo dificultar o acesso para famílias com menor capacidade financeira. Nesse sentido, explicou que foi privilegiado um regime anual, por ser mais acessível e renovável, permitindo uma solução imediata com menor encargos, sem prejuízo de, no futuro, ser possível adquirir uma sepultura (quando exista disponibilidade) e proceder à transladação dos restos mortais. Acrescentou que é neste enquadramento que foi fixado o valor anual, procurando garantir uma resposta mais equitativa para a população.

A Secretária do Executivo da Junta de Freguesia de Lourosa, Ambrosina Azevedo, esclareceu que, apesar de ter sido atualizado em um euro o valor dos atestados, existe uma franja significativa da população que beneficia de gratuidade, nomeadamente estudantes e desempregados. Acrescentou que o Executivo pretende assegurar que estas atualizações não penalizam quem tem menores possibilidades, procurando manter o acesso aos serviços o mais abrangente possível.

Colocado à votação, as taxas e licenças para o ano 2026, são aprovadas por maioria dos presentes, com abstenção dos deputados Ricardo Costa e Susana Santos da bancada socialista e votos a favor dos restantes deputados.

(04) PONTO QUATRO DA ORDEM DO DIA - Quadro Pessoal a 31 de dezembro de 2025

O Presidente da Junta de Freguesia, Miguel Silva, esclareceu que o quadro de pessoal não pode identificar nomes, por razões relacionadas com a proteção de dados, assunto que referiu já ter sido abordado anteriormente. Acrescentou que, ainda assim, o Executivo prevê a abertura de duas novas vagas no quadro de pessoal, por considerar que essa necessidade existe, submetendo essa alteração à apreciação da Assembleia.

O Deputado Joaquim Gomes (PS) solicitou esclarecimento adicional, referindo que não é necessário indicar nomes, mas que seria importante explicitar para que funções e tarefas se destinam as duas novas vagas no quadro de pessoal.

O Presidente da Junta de Freguesia esclareceu que as duas vagas que o Executivo pretende abrir correspondem a funções de assistente operacional. Referiu que estes trabalhadores desempenham um conjunto diversificado de tarefas, incluindo trabalhos de apoio a pequenas reparações, jardinagem e manutenção, bem como limpeza e conservação do espaço público, designadamente ruas e arruamentos.



C. S. Lita
Alameda
Glândova

Assembleia de Freguesia de Lourosa Ata 2025/1

Colocado à votação, o quadro pessoal a 31 de dezembro de 2025, é aprovado por unanimidade dos presentes.

(05) PONTO CINCO DA ORDEM DO DIA - Relatório de Atividade Financeira e relatório de Atividades do executivo referentes a setembro, outubro e novembro de 2025 (apreciação)

Não existiram inscrições neste ponto pelo que se deu continuidade para o ponto seguinte.

(06) PONTO SEIS DA ORDEM DO DIA - Contratos interadministrativos de delegação de competências celebrados com a Câmara Municipal

O Presidente da Junta de Freguesia, Miguel Silva, abordou o tema da gestão do pavilhão, referindo tratar-se de uma questão com vários anos. Esclareceu que, embora a Junta pudesse encarar o pavilhão como uma potencial fonte de receita, essa não é a perspetiva do Executivo. Indicou que o pavilhão é entendido como a “casa das associações”, destinada a apoiar a atividade associativa, escolar e comunitária, colocando-o ao serviço da população e, em particular, das associações. Referiu existir, contudo, um constrangimento de utilização, por haver falta de horas disponíveis, uma vez que a ocupação do pavilhão se encontra praticamente preenchida pelas associações locais. Acrescentou que a Junta apenas consegue disponibilizar o espaço para aluguer em horários muito residuais, indicando que, se alguém pretender alugar, tal só será possível após a meia-noite, desde que o pavilhão esteja novamente livre pelas 07h30. Relativamente à questão colocada no ponto anterior sobre a recuperação do investimento nas obras a realizar no pavilhão, referiu que o Executivo conta que esse investimento seja assumido pela Câmara Municipal, não se colocando, por isso, a necessidade de o repercutir num aumento do valor de aluguer/hora do pavilhão. Acrescentou ainda que, no quadro da transferência de competências, tanto o pavilhão como a pista se encontram sob gestão da Junta, apesar de serem equipamentos municipais, e que a Câmara transfere verbas associadas a essa gestão. Referiu que essa circunstância tem impacto na execução orçamental, uma vez que aumenta as receitas por via das transferências, mas também acarreta despesas inerentes, nomeadamente com pessoal, limpeza e manutenção.

O Deputado Joaquim Gomes (PS) interveio para solicitar esclarecimento quanto aos contratos em apreciação, referindo que pretende perceber se se trata de contratos celebrados pela primeira vez ou se, pelo contrário, já existiam contratos anteriores que estão agora a ser substituídos/atualizados. Indicou que, apesar de já ter percebido que a realidade subjacente vem de algum tempo, os documentos não apresentam datas de validade nem datas de início, o que o deixou sem conseguir concluir se são novos contratos, se substituem outros, ou se visam apenas formalizar uma situação que já existia há muito tempo sem estar devidamente formalizada.

O Presidente da Junta de Freguesia respondeu que estes instrumentos não constituem “contratos novos” no sentido de iniciarem uma realidade inexistente, mas antes integram um modelo de gestão já praticado há vários anos e que, por regra, tem de ser aprovado anualmente pela Assembleia, sempre que se pretende manter a partilha de competências e a gestão delegada com a Câmara Municipal. Referiu que, caso a Câmara queira continuar a delegar a gestão e a Junta também pretenda mantê-la, essa aprovação terá de ser realizada de forma regular, à semelhança do que sucede noutras freguesias que têm este tipo de modelo. Esclareceu que a gestão da pista já existe há vários anos e que a gestão do pavilhão existe há ainda mais tempo, acrescentando que se trata de um dos poucos pavilhões municipais cuja gestão se encontra atribuída a uma Junta de Freguesia. Justificou a opção pela gestão do pavilhão pela Junta com a necessidade de assegurar uma distribuição de horários alinhada com as necessidades das associações locais, referindo que, caso não fosse gerido pela Junta, poderia existir o risco de menor prioridade às associações da freguesia. Reafirmou a orientação do Executivo de apoiar o movimento associativo local, o que, segundo referiu, se reflete na forma como a Junta organiza e distribui as horas de utilização do pavilhão. Quanto à pista, indicou que a lógica é parcialmente diferente, por se tratar de um equipamento



Carlos Seixas
Presidente
Lourosa

Assembleia de Freguesia de Lourosa Ata 2025/1

municipal único no concelho, não podendo, assim, haver restrições de acesso apenas à freguesia; ainda assim, referiu que a Junta procura ter atenção particular aos clubes locais, mencionando o Clube de Atletismo, garantindo-lhes condições e prioridade compatíveis com a sua ligação à terra, sem prejuízo do cumprimento das regras aplicáveis a todos os utilizadores.

O Deputado Joaquim Gomes colocou uma questão de esclarecimento adicional, perguntando se, sendo este procedimento aprovado todos os anos, o conteúdo do acordo/contrato se mantém essencialmente repetido de ano para ano, tratando-se apenas de uma renovação anual, ou se, pelo contrário, existe um documento com alterações relevantes em cada ano.

O Presidente da Junta de Freguesia esclareceu que, de ano para ano, o essencial mantém-se: as competências delegadas são as mesmas e o contrato é revisto anualmente sobretudo quanto às condições financeiras, em particular o montante transferido pela Câmara Municipal. Referiu que no ano anterior foi possível obter um aumento, mas que no presente ano tal não aconteceu, indicando que o Executivo voltará a negociar no próximo ano. Acrescentou que a vontade do Executivo é manter a gestão dos equipamentos, desde que tal não comprometa a capacidade financeira da Junta de Freguesia, indicando que, caso essa sustentabilidade seja posta em causa, a gestão deverá regressar ao Município.

Colocado à votação, os contratos interadministrativos de delegação de competências celebrados com a câmara municipal, são aprovados por unanimidade dos presentes.

(07) PONTO SETE DA ORDEM DO DIA - Comissão de Revisão do Regimento da Assembleia de Freguesia de Lourosa.

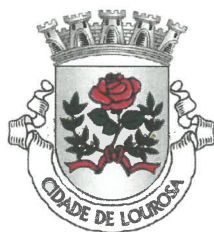
O Presidente da Assembleia de Freguesia, Carlos Seixas, referiu que o Regimento atualmente em vigor se encontra, em certa medida, desatualizado, e já não se adequa às exigências de uma Assembleia de Freguesia "moderna". Assinalou que os tempos previstos estão desajustados e que existe necessidade de revisão, acrescentando ainda que, no anexo do Regimento, constam apenas dois partidos, quando atualmente existem três forças políticas representadas, o que torna a atualização ainda mais pertinente. Explicou que, num espírito de pluralidade, se procurou constituir uma comissão de revisão integrando, para além de si, um representante de cada partido com assento na Assembleia, proposta que foi bem acolhida. Referiu que essa composição originaria um número par de membros, mas que, de acordo com o Regimento em vigor, as comissões devem ter número ímpar, razão pela qual foi incluído também o segundo secretário da Mesa da Assembleia, Ivan Carvalho, por ter experiência anterior de Mesa. Concluiu informando que a comissão procurará apresentar, na próxima sessão ordinária (a realizar em abril), uma proposta de novo Regimento para apreciação e aprovação pela Assembleia.

Colocado à votação, comissão de revisão do regimento da assembleia de freguesia de lourosa, é aprovada por unanimidade dos presentes.

ENCERRAMENTO:

O Presidente da Assembleia de Freguesia, Carlos Seixas, aproveitou para desejar a todos um Feliz Natal, uma excelente passagem de ano e um bom ano de 2026.

O Presidente da Junta de Freguesia, Miguel Silva, aproveitou para agradecer ao público presente, referindo que, apesar de se tratar de uma noite fria e chuvosa e de estar a decorrer um jogo de futebol, a presença dos cidadãos é importante para a freguesia e enriquece os trabalhos da Assembleia. Sublinhou que, para o Executivo, é muito relevante que a população participe, seja assídua e traga contributos e preocupações da comunidade, salientando



Assembleia de Freguesia de Lourosa Ata 2025/1

que o Executivo não consegue estar em todo o lado e necessita da colaboração de todos. Acrescentou que não é correto pensar que a Junta consegue fazer tudo sozinha, reforçando a importância do envolvimento dos fregueses. Por fim, desejou a todos um Santo e Feliz Natal, com muita saúde, colocando o Executivo à disposição para o que a população necessite e reiterando que podem contar com o seu trabalho e o da sua equipa.

Nada mais havendo a tratar, o Excelentíssimo Presidente do Assembleia de Freguesia declarou encerrada a reunião pelas vinte e duas horas e trinta e oito minutos.

Para constar se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, vai ser assinada.

Lourosa, 22 de dezembro de 2025

Os Membros da Assembleia,

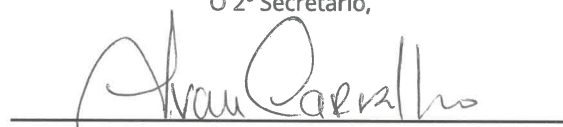
O Presidente da Assembleia,


(Carlos Eduardo Soares de Seixas)

A 1º Secretária,


(Sónia Marisa Pereira Cardoso)

O 2º Secretário,


(Ivan Marcos da Silva Carvalho)